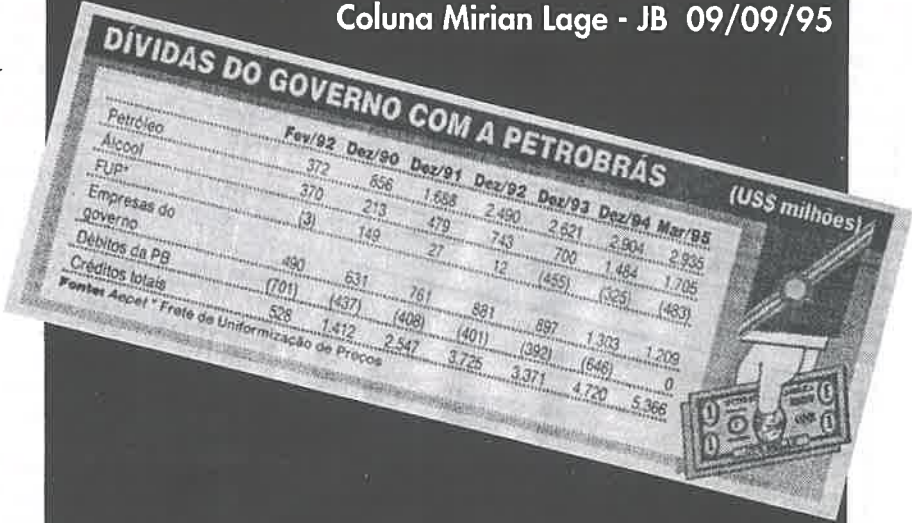


DÍVIDAS DO GOVERNO FEDERAL COM A PETROBRÁS

A AEPET encaminhou à presidência do Senado Federal e da Câmara dos Deputados, às lideranças de todos os partidos políticos no Congresso Nacional e à presidência e diretoria da Petrobras um estudo sobre as dívidas do Governo Federal com a estatal onde é analisada também a saída de Paulo Motoki da presidência do Departamento Nacional de Combustíveis (DNC). O documento mostra que nos últimos três anos a dívida do governo com a PETROBRÁS cresceu 916,28%. A dívida atual de US\$ 5,36 bilhões é mais que o dobro dos recursos destinados ao investimento anual da empresa. O documento foi publicado no Jornal do Brasil, na Tribuna de Imprensa e no Relatório Reservado.

Informe Econômico
Coluna Mirian Lage - JB 09/09/95



Levantamento feito pela Associação dos Engenheiros da Petrobras (AEPET), mostra que nos últimos cinco anos a dívida do governo com a Petrobras cresceu 916,28%. A dívida atual, de US\$ 5,36 bilhões, é mais que o dobro dos recursos destinados ao investimento anual da empresa. No ano passado a estatal investiu US\$ 2,3 bilhões.

DÍVIDAS DO GOVERNO COM A PETROBRÁS (US\$ MILHÕES)							
DATA	28/02/90	31/12/90	31/12/91	31/12/92	31/12/93	31/12/94	31/03/95
Créditos	1.229	1.849	2.955	4.126	3.763	5.366	5.366
DNC *	739	1.218	2.194	3.245	2.866	4.063	4.157
Petróleo	372	856	1.688	2.490	2.621	2.904	2.935
Álcool	370	213	479	743	700	1.484	1.705
FUP	(3)	149	27	12	(455)	(325)	(483)
Empresas do governo	490	631	761	881	897	1303	1.209
Débitos	(701)	(437)	(408)	(401)	(392)	(646)	0
Total	528	1.412	2.547	3.725	3.371	4.720	5.366

* DNC (Departamento Nacional de Combustíveis) engloba Petróleo, Álcool e FUP (Frete de Uniformização de Preços)

DOCUMENTAÇÃO

Eis, o documento da AEPET na íntegra:

Ao
Presidente do Senado Federal
Senador José Sarney (30/08/95)

Levamos ao conhecimento de V.Exa. a grave situação do endividamento do Governo Federal com a PETROBRAS, provocando o estrangulamento financeiro da Companhia.

2. Como mostrado no quadro, em anexo, o endividamento do Governo subiu de US\$ 528 milhões, em 28 de fevereiro de 1990, quinze dias antes da posse do ex-presidente Collor, para US\$ 5,4 bilhões, em 31 de março de 1995. Este valor é mais de duas vezes superior aos investimentos anuais da Companhia, que, em 1994, foram de US\$ 2,3 bilhões.

Os Relatórios Anuais de Atividades aos acionistas vêm repetindo, nos últimos anos, a nota padrão "continuam em curso negociações entre a Companhia e os Ministérios de Minas e Energia e da Fazenda, visando a análise de alternativas para a realização desse saldo".

O saldo continua a aumentar, estrangulando a PETROBRAS e prejudicando suas centenas de milhares de acionistas minoritários, que detêm 49% do capital total da Companhia.

3. Como pode ser observado, no quadro em anexo, somente os débitos de conta álcool chegam a US\$ 1,7 bilhão, já tendo sido concedidos dois aumentos de 6% aos produtores de álcool desde a implantação do Plano Real, não sendo repassados ao consumidor. Por imposição do Governo, a PETROBRAS viu-se obrigada a absorver a elevação dos custos decorrentes. Hoje, a Companhia tem um prejuízo de US\$ 90 milhões mensais com comercialização do álcool (US\$ 1,1 bilhão anuais). O subsídio total ao álcool, incluindo o pago pelos consumidores de gasolina e diesel, alcança o valor de US\$ 2,3 bilhões anuais.

4. Na comercialização da nafta para as centrais petroquímicas (COPENE, COPESUL e PQU), todas desestatizadas e pertencentes aos grupos ODEBRECHT, Banco Econômico, Ipiranga, Mariani, Suzano e Unipar, dentre outros, a PETROBRAS e os consumidores de gasolina e diesel perdem cerca de US\$ 300 milhões anuais. Apesar do subsídio, o produto das centrais e das empresas de 2ª geração elevaram-se cerca de 30%, em média, desde o Plano Real. O aumento dos preços é uma afronta à mensagem nº 400, publicada no Diário Oficial, de 17 de janeiro de 1994, assinada pelo presidente Itamar Franco, que determinava que fossem "repassados na cadeia produtiva até o consumidor final os benefícios decorrentes da estabilização do preço da nafta". O congelamento do preço em US\$ 145 por tonelada, com um subsídio médio de US\$ 35 por tonelada, quando comparado ao preço internacional, traduziu um benefício da ordem de US\$ 300 milhões para o setor petroquímico de 1º de julho de 1994 a 1º de julho de 1995. A COPENE teve 33% dos 48% das ações ordinárias pertencentes a Petrobrás Química S.A. (PETROQUISA) vendidos, no último dia 15 de agosto por US\$ 250 milhões, sendo 90% pagos em "moedas podres". O controle foi assumido pela NORQUISA que tem como principal acionista individual o Banco Econômico, através da CONEPAR, com 21,14% das ordinárias. Os outros sócios são: ODEBRECHT, 14,36; Grupo Mariani, 8,48%; Grupo Ultra, 8,48%, e Suzano, pouco mais de 8%", segundo a Gazeta Mercantil, de 16 de agosto.

O Jornal do Brasil do mesmo dia publicava "o presidente da Nacional Energética, Victor Paranhos, estava eufórico com o feito do Banco Nacional. "Achamos que é um bom negócio comprar a COPENE com títulos que valem apenas 40% de seu valor de face", disse Paranhos. "A COPENE é uma empresa ótima e 90% do valor dela serão pagos com moedas podres. Fica realmente muito atraente para os investidores e nós não resistimos", explicou Paranhos. Pelas contas do Banco Nacional, a empresa deverá ter um lucro, em 96, de R\$ 207 milhões. No ano passado, o resultado da empresa foi um lucro de R\$ 137 milhões."

As empresas petroquímicas davam lucro de US\$ 200 milhões anuais a PETROBRAS QUÍMICA S.A. (PETROQUISA), antes do processo de desestatização.

Na compra das ações estatais, as empresas privadas recorrem ao BNDES, estando entre os maiores tomadores "os bancos Bamerindus (US\$ 104 milhões), Bozano (US\$ 247,4 milhões) e Econômico (US\$ 65,4 milhões), conforme a Folha de São Paulo de 23 de maio de 1994.

5. Em 18 de maio último, o Governo determinou que o benefício do "draw back" não mais se aplicaria ao petróleo e derivados, ao contrário de todos os outros segmentos da economia.

Em 22 de maio do corrente ano, o Departamento Nacional de Combustíveis (DNC) autorizou a redução nos preços de faturamento da PETROBRAS para a gasolina e diesel aumentando as margens de distribuição desses produtos e do álcool hidratado, já que estará deixando de pagar através da parcela da FUP as despesas incorridas pelas distribuidoras (BR, SHELL, TEXACO, ATLANTIC, IPIRANGA) com Adicional de Frete de Renovação de Marinha (AFRMM) e taxas portuárias pela cabotagem de derivados. Os preços ao consumidor não sofrerão alterações. Vale lembrar que o setor movimentava US\$ 20 bilhões anuais. Um pequeno percentual de 0,5% representa US\$ 100 milhões.

6. O ex-diretor do Departamento Nacional de Combustíveis (DNC), Paulo Motoki, pediu demissão no último dia 25. Segundo o jornal Folha de São Paulo, do dia seguinte, "ele está sob suspeita de trocar informações privilegiadas com a iniciativa privada e ter um amigo pessoal, sem remuneração do Governo, o assessorando dentro do Departamento Nacional de Combustíveis". O DNC, subordinado ao Ministério de Minas e Energia, tem a atribuição de fiscalizar as distribuidoras de combustíveis, discutir a margem de lucro, abastecimento e preço ao consumidor. O amigo citado é Fernando Grandinetti "consultor da SHELL e conhecido, em Brasília, como lobista da empresa - ou seja - defensor dos interesses da SHELL junto aos parlamentares e membros do Executivo". Segundo ainda a Folha, Grandinetti tem uma consultoria econômica - a Flash Assessoria - ficou hospedado no Manhattan Flat, na última semana, tendo sua conta paga pela SHELL, conforme a fatura número 23844, no valor de R\$ 345,88.

O jornal "O Globo", do dia 24 de agosto, publicava que "Paulo Motoki admitiu, ontem, em depoimento na Comissão de Minas e Energia da Câmara que também está se valendo dos préstimos de um velho amigo (Grandinetti), sem nenhuma ligação com o serviço público, no processo de reestruturação do órgão, necessário para adaptá-lo ao fim do monopólio estatal do petróleo". No momento em que o Senado Federal discute alterações no artigo 177 da Constituição, que trata do monopólio estatal do petróleo, é uma atitude no mínimo hipócrita, o Governo Federal alegar a necessidade de maiores investimentos no setor petróleo, sendo ele o principal responsável pela sangria de recursos da PETROBRAS. Solicitamos que V.Exa. envide esforços para que o Governo Federal reverta a presente situação de estrangulamento financeiro da Companhia, bem como esclareça os episódios que levaram à demissão do ex-diretor do DNC, Paulo Motoki. Em vista do exposto, solicitamos o adiamento da votação do monopólio do petróleo até que os assuntos relatados sejam suficientemente debatidos e esclarecidos.

Atenciosamente
Fernando Leite Siqueira
Presidente

Associação dos Engenheiros da Petrobras (AEPET)

Av. Almirante Barroso, 22 - 19º andar - Centro - RJ - CEP: 20031-000 - Tel.: 220-4774 - Fax: 262-9224

BOLETIM DA AEPET

■ Coordenação Gráfica: Selulloid AG Comunicação - Tel: 220-3861 ■ Jornalista Responsável: Celeste Cintra